Nesta quinta tem assembleia dos funcionários dos Sicredi's

O Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro de Dourados e Região, por seu presidente convoca todos os empregados das Cooperativas de Crédito Centro Sul e Pantanal, sócios e não sócios da base territorial da entidade para Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 08/06/2017, às 17h30m em primeira convocação e, às 18h, em segunda convocação, na sede do Sindicato em Dourados.

PAUTA: Discussão e deliberação acerca da Minuta de Reivindicações da Campanha Salarial 2017.

HORÁRIO: 17:30hs

Encontro dos bancos privados

Os Encontros Nacionais dos Funcionários de Bancos Privados tiveram início nesta terça-feira (06/06) e seguem até a quinta-feira (08/06), em São Paulo. O evento reúne bancários do Itaú, Bradesco, Santander, Banco Mercantil e Bic Banco de todo território nacional.

O Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro de Dourados e Região-MS participa do evento com os diretores Janes

Estigarribia, funcionário do Bradesco e, Laudelino Vieira dos Santos, do Santander.

Na programação, discussões a cerca de estratégias de mobilização e lutas para enfrentar questões relacionadas à manutenção do emprego, saúde e condições de trabalho. Temas de interesse de toda classe trabalhadora, como as reformas da Previdência e trabalhista também estão na agenda de debates.

Reformas violam normas da OIT

O governo neoliberal de Michel Temer, sustentado por um Congresso extremamente conservador e comprometido com os banqueiros e empresários, descumpra diversas normas internacionais da OIT (Organização Internacional do Trabalho), vinculada à ONU. Mas a mídia aliada não divulga uma linha sobre o assunto. Por isso, os movimentos sociais vão à Genebra protestar contra os desrespeitos.

Ao total, são normas presentes em 13 convenções da ONU que podem ser infringidas com as reformas de Temer. Com a aprovação da lei das terceirizações e da PEC que congelou os investimentos públicos por 20 anos no país, as convenções 102 e

Recomendação 202 já foram atingidas.

Já a reforma trabalhista, que fere direitos de todos os trabalhadores, inclusive rurais e gestantes, ataca, de uma só vez, oito convenções reguladas pelo órgão internacional. Para completar, a reforma da Previdência e a lei sobre regularização fundiária rejeitam regras previstas nas leis gerais. Sinal de que está tudo errado.

O documento das centrais sindicais será entregue, em quatro línguas, na próxima segunda-feira (12/06), durante a Conferência Internacional do Trabalho, na Suíça. A manifestação ocorre no mesmo dia, na Place des Nations.

Justiça começa a julgar ação contra a Caixa

Nesta quarta-feira (07/06), a Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região julga a ACP (Ação Civil Pública), impetrada pelo Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal e no Tocantins, contra o congelamento de contratações dos aprovados no concurso público da Caixa, realizado em 2014.

O banco descumpriu a cláusula 50 do Acordo Coletivo de Trabalho 2014|2015, que previa a contratação de 2 mil empregados, o que elevaria o quadro para 103 mil trabalhadores. No entanto, a instituição seguiu o caminho inverso.

O número de bancários teve queda brusca, através dos PAAs (Planos de Apoio à Aposentadoria) e PDVE (Plano de Demissão Voluntária Extraordinário). Quase 10 mil funcionários deixaram a Caixa, ampliando a sobrecarga de trabalho.

Desde 2014, a empresa, além de desrespeitar o acordo, mantém a postura intransigente. Em negociação, negou diversas vezes a possibilidade de contratações, apesar da solidez do banco.

Brasil é o quarto em acidente de trabalho

Cerca de 700 mil pessoas sofrem acidente de trabalho por ano no Brasil. O país é o quarto no mundo em registros, atrás apenas da China, Índia e Indonésia. Só de 2012 a 2016, foram 3,5 milhões de vítimas, com 13,3 mil mortes.

Pesquisas apresentadas pelo Anuário Estatístico da Previdência Social em 2015, apontaram 612,6 mil acidentes, sendo que 2.500 resultaram em morte.

Fora das estatísticas, se encontram os casos que nem sequer são registrados. A Pesquisa mostrou que para cada acidente oficial, há em sete casos não declarados.

Enquanto isso, o governo Temer prejudica ainda mais os trabalhadores. Com a lei da terceirização milhares de pessoas serão atingidas diretamente e o cenário fica cada vez mais amargo para o trabalhador brasileiro.